

Absolvido policial civil que atirou em americano na Lapa

O I Tribunal do Júri da capital do Rio de Janeiro absolveu no dia 24 de março, o policial civil João Vicente Sá Freire Dantas de Oliveira da acusação de homicídio do norte-americano Joseph Ernest Martin, de 30 anos. Foram ouvidas durante o julgamento quatro testemunhas e um informante que estavam próximos ao local do crime, no dia 25 de maio de 2007, na Rua Joaquim Silva, Lapa. O Júri acatou a tese sustentada pelo advogado do réu de legítima defesa.

Segundo a defesa, a vítima desacatou e agrediu verbal e fisicamente o policial. A discussão teria começado porque o norte-americano tentou interferir na ação do agente, que repreendeu um menor de rua que havia furtado a bolsa de uma turista australiana. Na confusão o ladrão acabou fugindo. Uma testemunha ocular confirmou a versão de João Vicente de que a vítima tentou arrancar sua arma e que o policial teria dado um tiro para o alto e outro em direção ao solo na tentativa de conter o norte-americano, antes do tiro fatal.

A família de Joseph que acompanhou todo o julgamento questionou a investigação da polícia e a decisão da Justiça. No entanto, policiais da turma de João Vicente, que tomaram posse em 2002, disseram ao jornal do SINPOL que o americano estava embriagado e interferiu num episódio que estava totalmente contornado pelo policial civil, que após dar tiros de advertência não teve outra alternativa a não ser atirar para se defender.

Procurado pelo jornalista americano Brad Brooks, da agência de notícias Association Press (AP), o presidente do SINPOL, comissário Fernando Bandeira, disse que no Brasil muitas vezes a Justiça condena os policiais e que as testemunhas normalmente depõem contra eles. Neste caso, porém, o policial civil não teve outra alternativa a não ser dar um tiro para defender sua própria vida.

O caso ganhou repercussão internacional e mobilizou além da embaixada americana, parlamentares

norte-americanos, entre eles os senadores Jonh Kerry e o falecido Edward M. Kennedy – irmão do ex-presidente Jonh Kennedy.



Lapa - Fins de semana com turistas e músicos

SSP fará cursos para policiais

Comissariado levará cidadania às comunidades

O Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) se reuniu dia 14 de abril com a delegada Jéssica Oliveira de Almeida, subsecretária de Ensino e Programas de Prevenção da Secretaria de Segurança Pública, ocasião em que se discutiu cursos de capacitação para os comissários de polícia. O objetivo dos cursos é motivar os policiais mais antigos a se capacitarem para exercer funções de coordenação e chefia, sobretudo aproveitá-los nos futuros comissariados de polícia em comunidades carentes, cuja proposta já foi entregue ao secretário, José Mariano Beltrame. Participaram da reunião pelo Sinpol os dirigentes do Sindicato, Fernando Bandeira, Renato Alvarez, Franklin Bertholdo e Hélio Celestino.

Com o aumento da notificação de crimes pelo estado nas comunidades pacificadas haverá necessidade de um núcleo avançado da Polícia Civil para que junto à Polícia Militar complete o ciclo através dos comissariados, levando à população carente os serviços da delegacia do bairro, assegurando e pre-



A delegada Jéssica anunciou cursos para os comissários

servando os direitos dos cidadãos.

Para a delegada Jéssica colocar a polícia judiciária em comunidades pacificadas é um grande avanço para a política de prevenção de crimes. Disse também que já está em entendimentos com o Ceperj (antiga Fesp) para encaixá-lo nos próximos cursos em maio, como por exemplo, o curso de promotor de polícia comunitária que abrirá turma de no máximo 45 policiais. Na grade de programação há ainda os seguintes cursos: Arte de Negociar, Gestão Pública em Direitos Humanos, trabalho em equipe, multiplicador de polícia comunitária, entre outros, em parceria com a Senasp.

Sócios do Bola Preta denunciam "falcatrua"

SINPOL RECORRE À JUSTIÇA PELA SEDE

O Sindicato dos Policiais Civis-SINPOL já ganhou na 13a. Vara da Fazenda Pública a Ação Cautelar que obrigou a Riotrilhos a fornecer cópia dos processos E-10400339.2005 e E-12.1126.2008, documentos que provam a autorização do governo passado para fazer o contrato de comodato entre a Riotrilhos e o SINPOL, bem como a concordância do atual governador para esse comodato. Com esses documentos, o escritório Matuch de Carvalho - Advogados Associados, contratado pelo Sindicato, entrará com ação principal anulando o comodato feito de forma fraudulenta com um tal centro cultural que leva o nome do Bola Preta, retomando a sede construída pelo SINPOL no terreno da Riotrilhos, na Rua da Relação, 3, 5, 7 e 9.

Os sócios proprietários do Codão da Bola Preta Sérgio Araújo, Ney Robson de Mattos e Ely da Silva Vaz, o primeiro membro do Conselho Deliberativo Nato e os dois últimos integrantes do Conselho Fiscal, encaminharam à Delegacia de Defraudações documentos da "falcatrua" praticada por alguns elementos do Bola Preta e da Riotrilhos, junto com um ex-empresário e advogado de



ficha suja, na criação desse "centro cultural" para receber recursos públicos e privados em nome do quase centenário bloco carioca. O governador Sérgio Cabral nada fez para resolver, embora tenha recebido documentos do SINPOL, da COBRAPOL e da NCST, comprovando essas irregularidades. Até no protesto dos sindicalistas na inauguração do IML, ano passado, quando chamou o chefe da casa civil Regis Fischer para atender. Cabral continua fazendo "carnaval" com a sede do SINPOL.

SÓCIOS VÃO À JUSTIÇA CONTRA COMODATO

Os sócios proprietários do Cordão da Bola Preta, revoltados com o risco de herdar a dívida de mais de 2 milhões de reais deixados quando o bloco foi despejado de sua sede na Treze de Maio, que perderam por não pagar IPTU e condomínio, entraram também na Justiça pedindo cópia do comodato feito às pressas entre a Riotrilhos e o Centro Cultural Cordão de Bola Preta. Esse centro cultural até pouco tempo se chamava Associação Clube Padrão de Vida, tinha sede no Estado do Espírito Santo. E de forma totalmente irregular foi transformada em Centro Cultural, que tem apenas sete associados, dos quais apenas dois que são do Bola Preta. Com esse documento, os sócios vão pedir a anulação do comodato visando proteger o histórico bloco carnavalesco, que nada tem a ver com esses dois elementos envolvidos com a maracutaia que leva o nome do Bola Preta.